

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL CRM/ES N° 006/2014

TIPO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão Permanente De Licitação do CRM-ES, de acordo com a Portaria CRM/ES n° 547/2014, leva ao conhecimento público que será realizada licitação na modalidade *pregão presencial*, do tipo *menor taxa de administração*, conforme descrito neste Edital e seus anexos, regida pelas disposições contidas na lei 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666/93 e dos Decretos Federais de número: 3555/00 e 5.450/05.

1. DA ABERTURA

1.1 – **A Comissão receberá os documentos e propostas em sessão pública e realizará o julgamento às 14:00 horas do dia 19/09/2014 no Auditório do CRM-ES, localizado na Rua Professora Emília Franklin Mululo, N° 228, Edifício Dr. Alzir Bernardino Alves, Bairro Bento Ferreira, Vitória/ES.**

1.2 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação, ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente independentemente de nova comunicação.

2. OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para administrar transações comerciais, através de cartão magnético, relativas a fornecimento de combustíveis (gasolina/álcool/diesel) e óleo lubrificante, troca de filtro de óleo, troca de elemento filtrante do filtro de ar e serviço de lavagem de veículos que compõem a frota do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo.

2.2 – A descrição do serviço a ser contratado está relacionada no Anexo I – Termo de Referência.

2.4 – Eventuais alterações e aditamentos de contrato serão regidos pelo disposto no artigo 65 da redação em vigor da Lei Federal 8.666/1993.

3. DOS ANEXOS

3.1 – Fazem parte integrante deste Edital de Pregão, os seguintes anexos:

3.1.1 – Anexo I – Termo de Referência (contendo listagem da Frota de carros do CRM-ES)

3.1.2 – Anexo II – Taxa de Administração

3.1.3 – Anexo III – Minuta do Contrato

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos na HABILITAÇÃO, e que tenham especificado como objetivo da empresa ou Contrato Social, atividades compatíveis com o objeto licitado.

5. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Não poderão participar deste Pregão as pessoas que se encontrarem em uma das seguintes condições:

- a) que não atenderem ao disposto no Art. 4º, inciso XIII da Lei Federal n.º 10.520/2002, conforme consta deste Edital;
- b) que foram suspensas de participar de licitação realizada pelo CRM/ES;
- c) que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- d) que sejam concordatárias, estejam em recuperação judicial ou que tenham sua falência decretada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) que seja membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do CRM-ES ou seu cônjuge, companheiro(a) ou parente até o terceiro grau.

5.2 O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados no site www.crmes.org.br e na recepção do CRM-ES.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Os proponentes ou seus representantes legais deverão se apresentar ao Pregoeiro para credenciamento no ato da entrega dos envelopes.

6.2 O credenciamento far-se-á por meio da entrega do Envelope 01 - CREDENCIAL contendo cópia autenticada da carteira de identidade da licitante ou de seu procurador, incluindo, neste caso, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida outorgando-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e participar de todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive, para interpor ou desistir de recursos.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E CREDENCIAL

7.1 – Os documentos exigidos para o credenciamento e para a proposta de preços e para a habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 03 (três) envelopes opacos e fechados contendo obrigatoriamente em suas partes externas, além da razão social da empresa proponente, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – CREDENCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014 – CRM/ES
NOME COMPLETO DO PROPONENTE**

**ENVELOPE Nº 02 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014 – CRM/ES
NOME COMPLETO DO PROPONENTE**

**ENVELOPE Nº 03 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014 – CRM/ES
NOME COMPLETO DO PROPONENTE**

7.2 – O envelope nº 1 – CREDENCIAL, contendo os documentos que credenciam a licitante, deverá ser entregue conforme solicitação do pregoeiro, na abertura do certame. A ausência dessa documentação implica considerar-se impedido o licitante de fazer qualquer tipo de manifestação.

7.3 – O representante da empresa deverá entregar ao Pregoeiro o envelope Nº 1 – CREDENCIAL quando solicitado pelo mesmo, na abertura do certame. Do contrário, será impedido de manifestar-se.

7.3.1 – No ato do credenciamento o representante deverá entregar declaração certificando que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de não aceitação de sua PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO pelo Pregoeiro.

7.4 - O envelope Nº 2 – PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO deve apresentar o preço global de todos os serviços requisitados, bem como os custos de produção, tributários, e a margem de lucro.

7.5 - O envelope Nº 3 – HABILITAÇÃO será entregue quando solicitado pelo Pregoeiro ao licitante vencedor do certame, e também aos demais, que permanecerão lacrados no processo licitatório.

7.6 – Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante/preposto em todas as sessões públicas referentes à

Licitação, sendo que no caso do preposto, o mesmo deverá trazer procuração outorgando-lhe poderes específicos para ofertar lances.

7.7 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) nos termos da Lei Comp. nº 123/06, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V e VI da referida lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º, do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.8 – Quem prestar declaração falsa no documento de que trata o item anterior sujeitar-se-á às penalidades previstas em Lei.

7.9 – Nenhuma pessoa física ou jurídica, mesmo que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 – Poderá participar da licitação qualquer empresa que satisfaça às exigências do Edital.

8.2 – Os documentos referentes à habilitação apresentados com a validade expirada implicam inabilitação da licitante.

8.3 – Deverá a empresa apresentar declaração sobre aceitabilidade de todas as condições dessa licitação. A inobservância dessa exigência acarretará a presunção de aceitação plena das condições estabelecidas neste ato convocatório.

8.4 – Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope separado, devidamente lacrado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no subitem 7.1 desde Edital.

8.5 - A empresa concorrente da licitação deverá apresentar, durante a fase de habilitação, do processo licitatório uma lista de estabelecimentos comerciais credenciados.

8.6 - A listagem de credenciados deverá conter a razão social, CNPJ, endereço e telefone dos estabelecimentos credenciados.

8.7 - Relativos à Qualificação Jurídica:

8.7.1 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração contratual e ou consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

8.7.2 Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de composição da diretoria em exercício;

8.7.3 Decreto de autorização, em se tratando de pessoa jurídica ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou ação para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

8.7.4 Registro Comercial, no caso de pessoa jurídica individual.

8.9 – Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.9.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.9.2. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço patrimonial por balanço provisório e/ou balancete referente ao mês imediatamente anterior a data de abertura deste Pregão.

8.9.3. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial. As demais firmas deverão apresentar cópia autenticada do Balanço, certificada pelo contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, mencionando expressamente, o número do livro "Diário" e folhas em que o Balanço se acha transcrito com a chancela em todas as páginas da Junta Comercial do Estado da licitante.

8.9.4 Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com prazo de validade de 60 (sessenta) dias até a data da abertura do certame.

8.9.5 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88 e Lei 9.854/99.

8.9.6 No caso de a licitante possuir filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

8.10 – Relativos à Qualificação Técnica:

8.10.1. Atestado(s) de capacidade técnica, compatíveis em características, quantidade e prazo com objeto do presente Edital, fornecido por empresas públicas ou privadas, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93; empresas estas devidamente registradas no Conselho Regional de

Administração do Estado do Espírito Santo – CRA-ES e visado pelo seu Responsável Técnico.

8.10.2. Registro da Licitante no Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo – CRA-ES, ou Registro Secundário caso a licitante seja sediada fora do Estado do Espírito Santo e vencedora do certame.

8.10.2.1. Caso a licitante seja sediada fora do Estado do Espírito Santo, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem, bem como Certidão de Visto do CRA-ES.

8.10.3. Lista dos postos credenciados, no mínimo 01 (um) posto em cada município do Estado do Espírito Santo.

8.11 – Relativos à Regularidade Fiscal:

8.11.1. Certidão Negativa de Débito - CND para com a Seguridade Social, em plena validade;

8.11.2. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), em plena validade;

8.11.3. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, em plena validade;

8.11.4. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Receita Federal do Brasil, em plena validade;

8.11.5. Certidão de Quitação de Tributos Estaduais e Municipais, emitidas pelos órgãos competentes, em plena validade;

8.11.6. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.11.7 Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

8.12. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do envelope Nº 3 - HABILITAÇÃO os documentos específicos para a participação neste Pregão, devendo ser entregues numerados, de preferência, seqüencialmente e na ordem, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes. Além da documentação anterior, deverá também apresentar:

- a) Declaração de que, se vencedora deste Pregão, está apta a fornecer o objeto deste Edital, logo após receber a ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO do CRM-ES;
- b) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;

- c) No caso da licitante possuir filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

8.13 – Disposições gerais da habilitação:

8.13.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório. Não serão aceitos documentos que estejam rasurados. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.13.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

8.13.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

8.13.4. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão na inabilitação da licitante, salvo no caso em que for possível certificar a veracidade através da Internet, sendo que a não retirada pela Internet por motivos diversos fica de inteira responsabilidade da empresa licitante.

8.13.5. Serão devolvidos os envelopes de documentação das licitantes não habilitadas, exceto os das classificadas para a etapa de lances.

8.13.6. Depois de examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.

9. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1 - No dia, hora e local mencionado no Item 01 deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, credenciará os representantes e receberá o envelope PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

9.2 - Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária;

9.3 - Para o credenciamento, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento legal, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame;

9.4 - Em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, o representante legal credenciado declarará, juntamente com a Planilha de Descontos (ou Taxa de Administração), que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de não aceitação de sua proposta pelo Pregoeiro;

9.5 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

9.6 - Se a oferta não for aceita ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências sobre o ato convocatório deste Pregão, ou impugná-lo, através do e-mail: licitacoes@crmes.org.br. A resposta do Pregoeiro aos esclarecimentos e impugnações será divulgada mediante publicação de nota na página da web do CRM-ES: www.crmes.org.br, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas;

10.2 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica responsável, decidir motivadamente, sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;

10.3 - Acolhida a petição contra o Ato Convocatório, nos casos em que a alteração do Edital afete a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

10.4 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quanto, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

10.5 - Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração do CRM – ES a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura da Sessão Pública, apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

10.6 - O resultado do julgamento da impugnação será disponibilizado no site: www.crm-es.org.br.

11 – DA PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

11.1 O Envelope PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO deverá apresentar a taxa de Administração referente ao serviço a ser contratado, bem como o detalhamento dos mesmos.

11.2 – A proposta deverá ser apresentada datilografada ou impressa por processo eletrônico, em folhas seqüencialmente numeradas e rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última folha datada e assinada, em envelope lacrado devidamente identificado na forma do subitem 7.1 deste Edital, constituindo o envelope PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, os seguintes dados:

- a) razão social completa da licitante e número do CNPJ, que serão os mesmos constantes da documentação do Cadastro e da Nota Fiscal a ser emitida, caso seja vencedora do certame;
- b) endereço completo, telefone, fax, e-mail (se houver);
- c) nome do Banco, números da Agência e localidade do mesmo, e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.3 – Deverá conter oferta firme e precisa para que não haja qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

11.4 – Deverá apresentar declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todas as despesas que incidem ou venham a incidir sobre o objeto, tais como impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

11.5 – Serão de inteira responsabilidade da licitante contratada as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis, e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, o Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, sem qualquer solidariedade com o CRM-ES.

11.6 – Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços respectivos serem fornecidos ao CRM-ES sem ônus adicionais.

11.7 – A proposta será considerada completa, abrangendo todos os custos com mão-de-obra, e outros custos necessários à boa execução dos serviços constantes no objeto desta licitação.

11.8 – A omissão de qualquer despesa necessária à execução dos serviços constantes do objeto será interpretada como não existente ou não concluída nos descontos, não podendo o

licitante pleitear decréscimos após a abertura das propostas.

11.9 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, seja omissa ou apresente irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

11.10 – Será efetuada a retenção na fonte do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP.

11.11 – O Prazo de Validade da proposta deverá ser, no mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura das propostas.

11.12 – Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta para o objeto licitado.

11.13 – É vedada a apresentação de proposta contendo mais de uma especificação diferente do objeto licitado.

11.14 – A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão de abertura do envelope N° 2 - PROPOSTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO com poderes para esse fim.

11.15. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital.

11.16 – A empresa concorrente da Licitação deverá ter pelo menos um estabelecimento credenciado em cada município do Estado do Espírito Santo.

12 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

12.1 - Após o credenciamento dos representantes e abertura dos envelopes contendo as propostas de Taxa de Administração, o Pregoeiro proclamará os proponentes que apresentaram as propostas classificadas.

12.2 – Não havendo, pelo menos, 03 (três) propostas nas condições anteriores, poderão os autores das melhores propostas, até no máximo 03 (três), serem convidados para ofertar lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços ofertados nas propostas escritas.

12.3 - No curso da Sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de menor taxa de administração, até a proclamação do vencedor.

12.4 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem propostas iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente das taxas de administração, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação.

12.6 - Serão aceitas propostas com percentual de taxa de administração negativa.

12.7 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.8 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 21 e subitens deste Edital.

12.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.10 - Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor taxa de administração e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

12.12 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o objeto e a menor TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor taxa, comparando-a com os valores consignados dos orçamentos de preços colhidos, decidindo motivadamente, a respeito.

12.13 - No julgamento das propostas considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital, a menor taxa de administração, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores das taxas, observado o objeto deste Edital.

12.14 - O pregoeiro tem poder para fixar parâmetros sobre os quais os lances devem ser ofertados e alterá-los no decorrer da sessão.

12.15 – A análise da proposta de menor valor, obtida por lance verbal ou por proposta escrita, abrangerá o atendimento obrigatório das especificações contidas no ANEXO I deste Edital e das exigências previstas no item 12 deste Edital de Pregão.

12.16 – A proposta sob análise será desclassificada se:

12.16.1 – Apresentar taxa de administração manifestadamente inexeqüível para o item em disputa, em relação aos parâmetros apurados em pesquisa prévia pelo CRM – ES;

12.16.2 – Estiver em desacordo com qualquer das exigências dispostas ao longo do Edital;

12.16.3 – Não atender ao disposto no item 12 e subitens 12.1 deste Edital de Pregão;

12.16.4 – A desclassificação será decidida motivadamente pelo Pregoeiro, que consignará as razões na ata lavrada na sessão de abertura.

13. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

13.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá no prazo de 05 (cinco) minutos, apresentar proposta de menor preço global superior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas às exigências deste Edital, vir a ser contratada.

13.3 Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14. DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. Será lavrada ata circunstanciada, contendo o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com o item 15 e item 8 deste Edital.

14.2. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública será marcada nova data para continuação dos trabalhos devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as empresas licitantes presentes.

15. DOS RECURSOS

15.1. O Licitante interessado em interpor recurso administrativo contra decisão do pregoeiro, deverá fazê-lo, obrigatoriamente, ao final da sessão de abertura das propostas, devendo consignar à ata a síntese de suas razões, sob penas de preclusão de seu direito de recorrer.

15.1.1. O processo do recurso obedecerá ao disposto nos incs. XVII a XIX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, e XVII e XIX do art. 11 do Dec. 3.555/00.

15.2. Tendo a licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá a mesma o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso por escrito.

15.3. Igual prazo é concedido aos demais licitantes para apresentação de contrarrazões ao recurso, prazo que se iniciará a partir do término do prazo da empresa recorrente para a apresentação de memoriais.

15.4. A intimação às demais empresas para apresentação de contrarrazões, no prazo previsto no item 15.3 supra, ocorrerá na sessão de abertura das propostas asseguradas a imediata vista dos autos do processo aos interessados.

15.5. O provimento do recurso acarretará a anulação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

15.6. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

15.7. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mencionado no cabeçalho deste Edital.

15.8. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

16. DA DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. Não havendo interposição de recursos ou após a decisão destes, o Envelope Nº 03 – HABILITAÇÃO não aberto pelo Pregoeiro na sessão, não será devolvido aos Licitantes, sendo juntado ao processo.

17. DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATO

17.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

17.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva

licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido o menor preço global.

17.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, junto à Comissão Permanente de Licitação.

17.4. A adjudicação será global.

17.5. Expedida a *Ordem de Serviço*, a licitante vencedora deverá comparecer ao CRM-ES para firmar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, sob pena de decair do direito à contratação.

17.6. Na hipótese do adjudicante não atender a condição acima ou recusar a assinar o contrato e não apresentar justificativa a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto nos incs. XXII e XXIII, do art. 11, do Dec. n.º 3.555/00, e alterações, e § 2º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

17.7. A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens 17.5 e 17.6, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas inseridas no Item 20, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas (Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e Dec. 3.555/2000).

17.8. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Administração Pública, para assinatura do termo de contrato e retirada da respectiva nota de empenho, fica o Licitante liberado dos compromissos assumidos em sua proposta.

17.9. O contrato firmado com a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo por até 12 meses, não podendo ultrapassar o total de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

17.10. O Presidente do CRM-ES poderá, antes da assinatura do Contrato, desclassificar licitantes, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis se tiver notícia de qualquer fato ou circunstância anterior

ao julgamento da licitação que desabone sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica, ou regularidade fiscal.

17.11. À luz do que preceitua o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, este contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

18. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1 O executor do contrato será o Sr. Wesley Pinitente Fabiano, na forma do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as disposições do parágrafo único do mesmo artigo.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 – Na ocasião da entrega dos materiais, a CONTRATADA apresentará Nota Fiscal, em 02 (duas) vias, para liquidação e pagamento da despesa pelo CRM-ES, por meio de cheque, que por sua vez terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para efetuar o pagamento.

19.1.1 – Na nota fiscal deverá constar os dados bancários da CONTRATADA (nome do seu banco, números da agência e conta corrente), se o pagamento for efetuado por meio de depósito em conta.

19.2 – Para o pagamento a empresa deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS, dos Tributos Municipais, Estaduais e Federais e o Certificado de Regularidade junto ao INSS - CND, em plena validade.

19.2.1. Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, também, documento que comprove o enquadramento naquela situação.

19.3. De acordo com a Lei nº 9.430/96 e Inst. Norm. SRF nº 480/04 c/ alterações, da Rec. Fed. do Brasil, serão retidos no ato do pagamento os valores relativos aos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), salvo se a empresa contratada apresentar prova de opção pelo modelo SIMPLES NACIONAL.

19.4. Será considerada, para fins de pagamento, a data do protocolo do documento de cobrança no Protocolo Administrativo.

19.5. O CRM-ES terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para proceder ao pagamento. Caso não seja efetuado neste período, serão devidos à Contratada, juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

19.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras

necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CRM-ES.

19.7. Ao CRM-ES fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no decorrer da prestação de serviços, os mesmos não estiverem de acordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora por esta decisão.

19.8 O reajuste, finda a vigência temporal do contrato, se houver, será entabulado por acordo entre as partes, devidamente fundamentado.

20. DAS PENALIDADES

20.1. A recusa do adjudicatário em acatar a ordem de assinar o contrato sujeitar-lhe-á à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

20.2. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o estabelecido no Pregão sujeitará a Licitante à multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o máximo de 30 (trinta) dias, quando então incidirá em outras cominações legais, inclusive, cumulativamente, com a multa do item anterior.

20.3. Na forma Do art. 87, § 2º, incs. I, III, e IV da Lei nº 8.666/93, além das penalidades pecuniárias previstas neste Edital, a Contratada estará sujeita à sanção de advertência, suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

20.4. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, a Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do CRM-ES, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para o certame;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitante;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, durante a sessão ou, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) falhar e/ou fraudar a execução do Contrato.

20.5. Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93 e no inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.

20.6. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 – As despesas previstas correrão à conta das Dotações Orçamentárias de N°. 6.2.2.1.1.33.90.30.001 – GÁS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS e N°. 6.2.2.1.1.33.90.39.014 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas, por escrito, ao Pregoeiro, mediante requerimento das empresas interessadas, preferencialmente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

22.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no CRM-ES, com a Equipe de Apoio ao Pregão.

22.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto deste Pregão.

22.4. A licitante vencedora ficará obrigada aceitar nas mesmas condições estabelecidas no presente Edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, de conformidade com o art. 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

22.5. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados.

22.6 – Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do órgão licitador, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

22.7 – É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.8 – Fica assegurado à autoridade superior do CRM-ES o direito de, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

22.9 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Vitória, na Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo para dirimir questões oriundas desta licitação.

22.10 - Informações complementares poderão ser obtidas junto a Equipe de Apoio ao Pregão deste Regional com endereço na Rua Professora Emilia Franklin Mululo, nº 228, Bento Ferreira, Vitória/ES, telefones: (27) 2122-0102, (27) 2122-0107, (27) 2122.0115 e (27) 2122-0109.

Vitória/ES, 09 de Setembro de 2014.

KÁTIA CILENE SEIBERT

Pregoeira

LUCIENE C. S. P. DO NASCIMENTO

Equipe de Apoio

NORBERTA ROCHA RIBEIRO DE ALMEIDA

Equipe de Apoio

PABLO L. ROSA OLIVEIRA

Equipe de Apoio

WESLEY PINITENTE FABIANO

Equipe de Apoio